# **S**E-PASSIVO, SE-IMPESSOAL E SUJEITOS NULOS INDEFINIDOS: UMA ABORDAGEM MINIMALISTA PARA A PERDA E O SURGIMENTO DE CONSTRUÇÕES NA GRAMÁTICA DA LÍNGUA<sup>1</sup>

PASSIVE-SE, IMPERSONAL-SE, AND INDEFINITE NULL SUBJECTS: A MINIMALIST APPROACH TO THE LOSS AND THE EMERGENCE OF CONSTRUCTIONS IN A LANGUAGE'S GRAMMAR

Humberto Borges<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Contrariamente ao que tem sido proposto por parte da literatura gerativa, que vê a perda das construções com o chamado *se*-passivo no português brasileiro como resultado do enfraquecimento da concordância dos verbos transitivos, este artigo argumenta com base em dados empíricos de que a perda das construções com *se*-passivo na história do português brasileiro está crucialmente associada à perda de uma projeção funcional mais alta que T, nomeadamente: FP. Essa é a posição em que o verbo dessas construções estabelece concordância com o argumento interno no português europeu (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996). Arrolamos esse achado às mudanças na gramática do português brasileiro desencadeadas pela perda de FP previstas por Pires (2006). Paralelamente, argumentamos que o surgimento das construções com sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular, como em "Vende casas", também não está associada à perda da concordância nos verbos transitivos e ao desuso do clítico *se* (passivo ou impessoal), como se tem tentativamente argumentado, mas, sim, à perda do traço-D de T, o que permitiu o português brasileiro – assim como outras línguas de sujeito nulo parcial – licenciar sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular.

PALAVRAS-CHAVE: Se-passivo. Se-impessoal. Sujeitos nulos. Português brasileiro. Português europeu.

### **ABSTRACT**

Contrary to what has been proposed in most generative approaches which see the loss of passive-*se* constructions in Brazilian Portuguese as an outcome of the impoverishment of the verbal morphology, in this article, we show empirical evidence that the loss of constructions with the so-called passive-*se* in the history of Brazilian Portuguese is crucially associated with the loss of a higher functional projection than T, namely: FP. This was the position in which the transitive verb of these constructions established agreement with the internal argument in European Portuguese (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996). We link this finding to the changes in Brazilian Portuguese grammar triggered by the loss of FP predicted by Pires (2006). At the same time, we argue that the emergence of constructions with indefinite null subjects in the 3<sup>rd</sup> person singular, as in "*Vende casas*" ('(One) sells houses)'), is also not associated with the loss of agreement in transitive verbs and the disuse of the clitic *se* (passive or impersonal), as it has been tentatively argued in the literature, but to the loss of the D-feature of T, which allowed Brazilian Portuguese – as well as other partial null-subject languages – to license indefinite null-subjects in the 3<sup>rd</sup> person singular.

**KEYWORDS**: Passive-se. Impersonal-se. Null subjects. Brazilian portuguese. European portuguese.



<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Trabalho realizado com financiamento da Capes (código de financiamento 001/Capes-Print e processo n. 007549/2015-06) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF).

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Professor Adjunto de Linguística e Formação de Professores de Língua Portuguesa da Universidade Federal de Jataí, humbertoborges@ufj.edu.br, http://orcid.org/0000-0001-5492-7264.

## Introdução

Argumenta-se que o empobrecimento da concordância dos verbos transitivos, especialmente da 3ª pessoa do plural, é responsável pela perda das construções com se-passivo no português brasileiro (PB) coloquial (GALVES, 1985; NUNES, 1990; dentre outros). Nessa perspectiva, Martins e Nunes (2016) afirmam que as raras e inconsistentes construções com se-passivo no PB são exclusivas da escrita e ao estilo guiados pela tradição gramatical prescritivista, que condena o uso do clítico se com verbo transitivo no singular e DP argumento interno plural. Similarmente, Cavalcante (2018) argumenta que a aceitabilidade das construções com se-passivo por falantes do PB é resultante de saberes linguísticos construídos especialmente por falantes letrados que se espelham em modelos de uma outra gramática na construção de dados linguísticos. Silva (2017) mostra, por meio de estudo em aquisição de língua, que as construções com se-passivo e se-impessoal não fazem parte da gramática adquirida na infância pelo falante do PB e que elas são, portanto, estruturas adquiridas principalmente via escolarização.

Neste artigo, com base em evidências de um *corpus* diacrônico e dialetal, propomos que a perda das chamadas construções com *se*-passivo no PB pode ser interpretada, conforme previu Pires (2006), como uma consequência do enfraquecimento e da perda de FP (do inglês, *Functional Phrase*; cf. URIAGEREKA, 1995) na gramática do PB. Argumentamos, ainda, que a perda do clítico *se*-impessoal e o surgimento das construções com sujeitos nulos indefinidos são consequências da perda do traço-D de T na gramática do PB, i.e., é resultado de uma mudança paramétrica: de língua de sujeito nulo (LSN) consistente para LSN parcial.

O artigo está estruturado como segue. A seção 1 apresenta estudos descritivos e formais sobre as construções com *se*-passivo e *se*-impessoal no português europeu (PE) e no PB. Tomamos a análise de Raposo e Uriagereka (1996) para argumentar que nas construções com *se*-passivo o clítico ocupa a posição de Spec-TP, e o verbo é projetado para FP, domínio em que é possível, no PE, ser amalgamada a concordância entre o DP argumento interno e o verbo transitivo. Consoante Pires (2006), defendemos que a projeção FP não está mais ativa no PB. Na seção 2, assumimos, conforme Holmberg (2010), que o PB é uma LSN sem um traço de definitude não interpretável [*u*D] em T. Por meio de dados históricos de Goiás, mostramos que a perda das construções com *se*-passivo e *se*-impessoal no PB podem ser interpretadas, respectivamente, como resultado da perda: da projeção FP; e do traço-D de T. Por fim, temos as considerações finais.

# 1. Aspectos descritivos e formais das construções com se-passivo e se-impessoal

Segundo Duarte (2013), as construções com *se*-passivo no PE têm o mesmo alinhamento entre papéis temáticos que as passivas verbais, pois seus argumentos internos se alinham à função sintática de sujeito, e o argumento externo está implícito, como, respectivamente, em (1) e (2). Com efeito, a autora afirma que as construções com *se*-passivo no PE se restringem aos verbos transitivos ou bitransitivos, pois nessas construções o argumento interno deve controlar os traços de número do verbo.

- (1) a. O raciocínio algébrico ensina-se propositadamente na escola. (PE)
  - b. As obras mais recentes publicaram-se numa editora espanhola para garantir maiores tiragens. (PE) (DUARTE, 2013, p. 444)
- (2) a. O raciocínio algébrico é ensinado propositadamente na escola.
  - b. As obras mais recentes foram publicadas numa editora espanhola para garantir maiores tiragens. (PE) (DUARTE, 2013, p. 444)

Para Duarte (2013), nas construções com *se*-passivo, o DP argumento interno controla os traços de número do verbo no singular e no plural, como em (1a) e (1b). Ela explica que a interpretação do agente da passiva nas construções com *se*-passivo pode ser extraída pela possibilidade de sua ocorrência: com um advérbio orientado para o agente (1a); e com orações subordinadas finais formadas a partir de um adjunto cujo sujeito só pode ser controlado pelo argumento externo implícito da passiva (1b). A autora propõe que, nessas construções, o clítico denota uma entidade arbitrária relacionada com o papel temático de agente da passiva, de modo que o argumento externo está implícito. Isto é, ela argumenta que o *se*-passivo atua como um morfema apassivador, expressando a diátese passiva da construção sem realizar qualquer alteração na morfologia do verbo e bloqueando a atribuição de papel temático à posição do argumento externo e de Caso acusativo ao argumento interno. A autora insere o *se*-passivo dentro do escopo dos clíticos quase argumentais.

Duarte (2013) afirma que, quando o verbo de uma construção com *se* é conjugado na 3ª pessoa do singular, há ambiguidade de interpretação entre a leitura ativa ou passiva (3).

(3) Descobriu-se um gene responsável pela obesidade. (PE) (DUARTE, 2013, p. 446) (Interpretação 1, passiva pronominal: 'Foi descoberto um gene responsável pela obesidade.') (Interpretação 2, se-impessoal: 'Alguém descobriu um gene responsável pela obesidade.')

Quando analisado, na leitura ativa, como impessoal ou nominativo, o clítico se é interpretado como o sujeito da oração (BRITO; DUARTE; MATOS, 2003; DUARTE, 2013). Brito, Duarte e Matos (2003) apresentam dois argumentos em favor da análise de que o se-impessoal possui conteúdo argumental e funcional: o primeiro é o seu caráter referencial, que permite a extração simultânea do clítico em orações coordenadas (4a); o segundo é o de que esse caráter referencial não permite que ele ocorra associado a uma posição de expletivo (4b).

- (4) a. Informa-se que se aluga apartamentos e vende moradias. (PE)
  - b. \*Há-se muitos livros nesta biblioteca. (PE)

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 837)

Brito, Duarte e Matos (2003) indicam, ainda, que as construções com *se*-passivo no PE contemporâneo não admitem o redobro do clítico, de modo que um argumento interpretado como agente não pode ser expresso por meio da preposição *por* (5).

(5) \*Venderam-se hoje muitos livros por alguém na feira do livro. (PE)

(BRITO; DUARTE; MATOS, 2003, p. 839)

Duarte (2013) pontua que o *se*-impessoal no PE é licenciado: (i) com verbos transitivos na 3ª pessoa do singular que expressam um traço de indeterminação do sujeito, parafraseável por "alguém", "as pessoas (em geral)" ou por "há pessoas que" (6a); (ii) com verbos intransitivos que não selecionam argumento interno (6b); e (iii) com verbos inacusativos (6c).

- (6) a. Diz-se que esse ministro vai ser demitido. (PE) (DUARTE, 2013, p. 445)
  - b. Incorre-se frequentemente nesse erro. (PE)
  - c. Morria-se de sarampo no princípio do século passado. (PE)

Raposo (2013) fornece outra descrição para a estrutura argumental das orações com o se-passivo e o se-impessoal no PE. Ele reconhece haver um argumento externo implícito nas construções com se-passivo (ou passivas pronominais/reflexas), o que as leva a se assemelhar com a estrutura temática das passivas verbais, possibilitando, por exemplo, uma interpretação agentiva quando elas ocorrem com orações subordinadas, como em (7a).

- (7) a. Declamaram-se vários poemas de Fernando Pessoa (para comemorar o aniversário do poeta). [frase passiva pronominal] (PE) (RAPOSO, 2013, p. 391)
  - b. Vários poemas de Fernando Pessoa foram declamados (pelo autor) (para comemorar o aniversário do poeta). [frase passiva verbal] (PE)

Raposo (2013) pontua que nas construções com *se*-passivo, assim como nas passivas verbais, o DP paciente possui a função gramatical de sujeito, isto é, controla os traços de concordância do verbo; por outro lado, diferentemente das passivas verbais, o argumento externo implícito nunca pode ser manifesto, como em (5). Para o autor, apesar de as construções com *se*-impessoal também compartilharem dessa propriedade das construções com *se*-passivo, nelas o DP argumento interno não controla os traços de concordância do verbo, como evidenciado mais especificamente em (8c).

- (8) a. Dançou-se muito na festa de ontem. (PE) (RAPOSO, 2013, p. 392)
  - b. No começo do jogo, assobiou-se ao tocar o hino nacional. (PE)
  - c. Comeu-se morangos à sobremesa. (PE)

Raposo (2013) defende que o *se*-passivo se restringe às construções em que o DP argumento interno plural controla os traços de concordância do verbo. Ele esquematiza as seguintes estruturas argumentais para as construções com *se*-passivo e *se*-impessoal:

- (9) a. Estrutura argumental da construção de *se*-passivo (RAPOSO, 2013, p. 393):

  <u>agente</u>, <paciente> → <paciente, agente>

  SN Ø
  - b. Estrutura argumental da construção de se-impessoal (RAPOSO, 2013, p. 393):
     agente, <...> → agente, <...>

Em relação à estrutura argumental do se-passivo (9a), o pesquisador pontua:

(...) nas frases passivas pronominais, existe sempre um argumento interno paciente que assume a função de sujeito. Nesse caso, é plausível supor que o argumento externo, ainda que não seja realizado sintaticamente, se "interioriza" na estrutura argumental modificada (tal como nas passivas verbais), permitindo o acesso do argumento interno à função de sujeito. (RAPOSO, 2013, p. 393).

Já em relação à estrutura argumental do se-impessoal em (9b), ele explica:

colocamos pontos dentro dos parênteses angulares para indicar que qualquer tipo de verbo pode participar da construção, independentemente dos complementos que selecione. Em segundo lugar, assinalamos a não realização do argumento externo através do símbolo "Ø" na linha reservada à subcategorização (à seleção estrutural). Em terceiro lugar, optamos por não deixar a indicação temática do argumento no mesmo lugar que tem na estrutura não modificada, por dois motivos: primeiro, porque conceptualmente o argumento está (implicitamente) presente nas frases de se impessoal, servindo de "âncora" a adjuntos com valor de intencionalidade ou de finalidade (...) segundo, porque a sua manutenção (conceptual) no lugar "externo" da estrutura argumental serve de obstáculo a que o argumento interno assuma a função de sujeito, o que explicaria a ausência de concordância nessas frase. (RAPOSO, 2013, p. 393).

O fato de o *se*-impessoal ser licenciado com vários tipos de verbos está, diacronicamente, ligado a uma mudança na interpretação na voz dos verbos das construções com *se*-passivo. Naro (1976) observou que, antes do período clássico da língua, as construções com *se*-passivo eram licenciadas com um sintagma preposicional com papel temático de agente, como em (10), dado extraído de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, em que se tem um exemplo prototípico de uma construção com *se*-passivo.

(10) Aqui se escreverão novas histórias, por gentes estrangeiras. (NARO, 1976, p. 781)

Naro (1976) argumenta que a perda do agente introduzido por uma *by-phrase* e o enfraquecimento na concordância entre o verbo e o DP argumento interno plural nas construções com *se*-passivo no português clássico teriam desencadeado uma reanálise da leitura passiva para uma leitura ativa na voz dos verbos dessas construções, permitindo o surgimento de uma interpretação impessoal do clítico *se* nos contextos de ausência de concordância – como aquele exemplificado em (8c). Em (10), verifica-se que a passiva com *se* admitia uma interpretação [+humana] do agente introduzido pela *by-phrase*.

Martins e Nunes (2016) salientam que o argumento externo implícito das passivas com *se* no PE contemporâneo, que não mais admitem a *by-phrase*, ainda só é compatível com uma leitura [+ humana], ao passo em que o argumento externo implícito das passivas verbais é compatível com uma interpretação [+humana] ou [-humana], como exemplificado a seguir.

- (11) a. As casas foram destruídas. (MARTINS; NUNES, 2016, p. 326)
  - b. Destruíram-se as casas.

Em (11a), pode-se interpretar que as casas podem ter sido destruídas tanto por seus proprietários, que têm traço [+humano], quanto pela chuva, que tem traço [-humano]: "as casas foram destruídas pelo dono" ou "as casas foram destruídas pela chuva". Em contraste, em (11b), somente é permitida uma interpretação [+humana] para o argumento externo implícito – ou seja, (11b) não pode ser empregada para descrever a destruição de casas pela chuva. Os autores afirmam que as construções com *se*-impessoal herdaram das construções com *se*-passivo a restrição de uma interpretação [+humana] para o argumento externo implícito, como evidenciado em (12).

(12) Destruiu-se as casas. (MARTINS; NUNES, 2016, p. 326)

Consoante Naro (1976), a reanálise na voz verbal das construções com *se*-passivo teria possibilitado não somente o surgimento das construções com *se*-impessoal com verbos transitivos, mas também com verbos intransitivos. Com variações na gramaticalidade de acordo com a variedade e o dialeto do falante, Martins e Nunes (2016) exibem exemplos da expansão do uso do *se*-impessoal com outros verbos não transitivos no PE e no PB:

- (13) a. Precisa-se de funcionários. (Verbo transitivo com complemento preposicional).
  - b. Trabalha-se muito nesta cidade. (Verbo inergativo).
  - c. Chegava-se cedo ao trabalho. (Verbo inacusativo).
  - d. Quando se é promovido, as coisas ficam mais fáceis. (Verbo passivo).
  - e. Não se ficou contente com a nova situação. (Verbo de ligação).
  - f. Parecia-se ir ganhar o jogo. (Verbo de alçamento: PE<sup>OK</sup>; PB\*).

(MARTINS; NUNES, 2016, pp. 328-9)

Martins e Nunes (2016) chamam atenção para o fato de o DP argumento interno das construções com *se*-passivo no PE poder se mover para uma posição pré-verbal (14a)-(15a), ocupando a posição de sujeito tal como ocorre nas passivas verbais (15b). As construções com *se*-impessoal já não permitem o deslocamento do objeto (14b).

- (14) a. Os bolos comeram-se ontem. (PE)(MARTINS; NUNES, 2016, p. 323)
  - b. \*Os bolos comeu-se ontem. (PE)

- (15) a. Estas maçãs todas apanharam-se sem estarem maduras. (PE)
  - b. Estas maçãs todas foram apanhadas sem estarem maduras. (PE)

(MARTINS; NUNES, 2016, p. 325)

Os autores salientam que a construção impessoal em (14b) pode ser julgada como aceitável no PE com uma entonação marcada, graficamente representada por uma vírgula: "Os bolos, comeuse ontem". Por sua vez, as construções (14a) e (15a) não requerem qualquer entonação especial para serem licenciadas. Os autores tratam o contraste entre (14a) e (14b) como uma evidência de que o clítico *se* nas construções em que o DP plural não concorda com o verbo deve ser analisado como impessoal, e não como passivo. Aqui se nota que Martins e Nunes (2016), assim como Raposo (2013), divergem da análise de Duarte (2013) e restringem o *se*-passivo às construções em que o verbo concorda com o DP plural. Nessa direção, Martins e Nunes (2016) pontuam, por meio dos exemplos em (16)-(18), que as construções com *se*-passivo no PE não atribuem Caso acusativo ao argumento interno:

- (16) a. \*Compraram-se-os ontem. (PE) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 324)
  - b. Comprou-se-os ontem. (PE)
- (17) a. \*Podem-se comprá-los amanhã. (PE) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 324)
  - b. Pode-se comprá-los amanhã. (PE)
- (18) a. \*Histórias de lobisomens, ouviam-se-lhas vezes sem conta. (PE)
  - b. Histórias de lobisomens, ouvia-se-lhas vezes sem conta. (PE)

(MARTINS; NUNES, 2016, p. 324)

A respeito dos dados em que o clítico se vem seguido por um clítico acusativo, Martins e Nunes (2016) afirmam que: (16a), (17a) e (18a) mostram que as construções com se-passivo não atribuem Caso acusativo ao argumento interno de seus verbos; ao passo em que as construções com se-impessoal atribuem Caso acusativo ao argumento interno em diferentes contextos: quando os clíticos estão encadeados em um mesmo hospedeiro (16b); quando ambos são colocados em hospedeiros diferentes (17b); e quando um clítico dativo intervém entre o se e o clítico acusativo (18b). Para Martins e Nunes (2016), essas evidências corroboram a análise de que, apesar de apresentarem propriedades semânticas semelhantes às construções com se-passivo, as construções com se-impessoal não são sintaticamente caracterizadas como passivas, isto é, nas construções com se-impessoal, o argumento interno (plural ou singular) não controla os traços de flexão do verbo, enquanto nas passivas com se o argumento interno deve estar no plural e controlar os traços de flexão do verbo. Para os autores, a agramaticalidade de (16a), (17a) e (18a) confirma o argumento de que o se-passivo se comporta como um particípio de morfologia passiva na medida em que desativa a propriedade de o verbo atribuir Caso acusativo.

Martins e Nunes (2016) destacam, ainda, o fato de que no PE construções com *se*-impessoal licenciam predicado secundário orientado para o sujeito (19).

- (19) a. \*Criam-se avestruzes despreocupado. (MARTINS; NUNES, 2016, p. 327)
  - b. Cria-se avestruzes despreocupado.

A restrição de um predicado secundário orientado para o sujeito ocorrer somente em construções com se-impessoal leva os autores a argumentar que o se-impessoal checa o Caso nominativo disponível na derivação e é, portanto, o sujeito da oração. Raposo e Uriagereka (1996) também propuseram que o clítico checa o Caso nominativo nas construções com se-impessoal, entretanto, para esses autores, o se-passivo no PE não atua como um item de morfologia passiva, como sugerem Duarte (2013) e Martins e Nunes (2016).

Raposo e Uriagereka (1996) propõem que o *se*-passivo ocupa a mesma posição que o *se*-impessoal na estrutural derivacional, Spec-TP, com a diferença de que nas construções com *se*-passivo o clítico recebe Caso nulo em Spec-TP e o DP argumento interno recebe Caso nominativo em uma projeção mais alta que TP. O trabalho de Raposo e Uriagereka (1996) lida com as seguintes questões sobre as construções com *se*-passivo no PE: (i) a posição do DP argumento interno e do clítico; (ii) a atribuição de Caso ao DP argumento interno e ao clítico; e (iii) o estabelecimento da concordância entre o DP argumento interno e o verbo.

Testando o comportamento do DP argumento interno das construções com *se*-passivo no PE, os autores comparam-no com o DP sujeito de sentenças infinitivas complementos de predicados adjetivos, que pode ocupar uma posição pré-verbal nas formas ativa e passiva (20a-b). Na comparação, verifica-se que o DP argumento interno das passivas com *se* não é aceito em posição pré-verbal (20d), o que sugere que esse DP não ocupa Spec-TP.

- (20) a. Vai ser dificil os tribunais aceitarem os documentos. (PE)
  - b. Vai ser dificil os documentos serem aceites. (PE)
  - c. Vai ser dificil aceitarem-se os documentos. (PE)
  - d. \*Vai ser difícil os documentos aceitarem-se. (PE)

(RAPOSO; URIAGEREKA, 1996, p. 754)

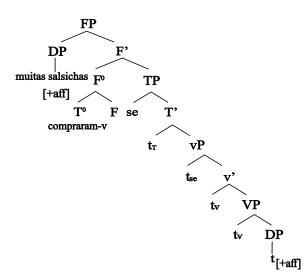
Em outro dos testes empregados, os autores analisam o comportamento do DP das passivas com se em construções cuja semântica do verbo permite extrair tanto uma leitura reflexiva quanto uma leitura passiva do clítico, a depender da posição que o DP ocupa. Assim, em (21a), há leitura ambígua (passiva ou recíproca), e, em (21b), obrigatoriamente uma leitura recíproca.

- (21) a. Os especialistas consultaram-se durante a operação. (PE)
  - b. Em que momento da operação os especialistas se consultaram? (PE)

(RAPOSO; URIAGEREKA, 1996, pp. 765-6)

Raposo e Uriagereka (1996) afirmam que a leitura da construção em (20a) é ambígua entre uma interpretação passiva ou recíproca devido ao traço [+humano] do DP e à possibilidade de ele ocupar duas posições: na leitura recíproca, Spec-TP; na leitura passiva, uma posição à esquerda de T, nomeadamente, FP. Já a construção em (21b) possui apenas leitura recíproca, pois o adjunto é deslocado para uma posição de tópico, e, assim, o DP assume a posição de sujeito. É justamente por o DP ocupar a posição de sujeito que (21b) tem apenas leitura recíproca. Assim, a leitura passiva de (21a) ocorre com o DP em Spec-FP, enquanto a leitura recíproca de (21b) ocorre com o DP em Spec-TP. (22) e (23) ilustram, respectivamente, o DP em posição pré e pós-verbal nas construções com se-passivo no PE.<sup>3</sup>

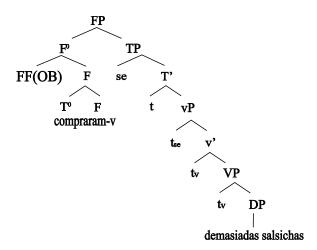
(22) a. Muitas salsichas compraram-se. (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996, p. 786) b.



Raposo e Uriagereka (1996) argumentam que em (22) o DP argumento interno atua como um sintagma afetivo (do inglês, *affective phrase*), ou seja: como um elemento sintático que ocupa Spec-FP por ter um traço de afetividade forte [+Aff], estabelecer a concordância de número e pessoa com o verbo e checar o Caso nominativo da derivação. Os autores destacam que, em (22), o clítico *se* não bloqueia o movimento do DP, pois não possui os traços que poderiam ser atraídos por F, como [+Aff] e [+número]. As operações de movimento em (22) são, portanto: a subida do clítico *se* para Spec-TP, a subida do complexo V-v para T e o subsequente movimento de T contendo o complexo V-v para F. Para os autores, o movimento do DP para Spec-FP em (22) é uma operação de último recurso.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Raposo e Uriagereka (1996) assumem que um sintagma verbal transitivo ou inergativo consiste em uma configuração [v-VP] responsável pela atribuição dos papéis temáticos, onde o sujeito é atribuído ao argumento externo em Spec-v e o objeto (OB) ao argumento interno em V.

(23) a. Compraram-se demasiadas salsichas. (RAPOSO; URIAGEREKA, 1996, p. 787)<sup>4</sup> b.



Em (23), Raposo e Uriagereka (1996) argumentam que o DP não ocupa Spec-FP – é, portanto, um argumento interno *in situ* – e não atua como um sintagma afetivo, de modo que nessas construções há a checagem dos traços formais do DP – com exceção de [+Aff] – por F sem movimento manifesto. Isto é, em (23), o que é atraído para FP não é a categoria completa, mas traços formais particulares, mais precisamente os traços de número, pessoa e Caso nominativo. Seguindo Chomsky (1995), os autores argumentam que os traços de uma categoria completa são checados em movimento manifesto apenas por razões de convergência na PF, o que implica dizer que o movimento implícito na LF é apenas para a atração de traços formais, mas não da própria categoria. Assim, quando um traço formal específico de uma determinada categoria é atraído na LF, o movimento carrega automaticamente o conjunto de traços formais da categoria.

Em relação à natureza do clítico *se* nos dados em tela, Raposo e Uriagereka (1996) afirmam que o *se* é um DP mínimo que possui traços semânticos reduzidos, como PRO; assim, nas construções com *se*-passivo, o clítico checa o traço-D de T, recebe Caso nulo (*minimal Case*) em Spec-TP e não impede a atribuição de Caso nominativo por FP, que verifica os traços de número e pessoa do DP argumento interno. Isso sugere que nas construções com *se*-impessoal, o clítico checa o traço-D de Spec-TP e recebe Caso nominativo, tendo em vista ser o único elemento disponível para essa operação na derivação.

O tratamento de Raposo e Uriagereka (1996) para dar conta da concordância do argumento interno quando movido e *in situ* nas construções com *se*-passivo levanta a questão a respeito de o que é o sujeito da oração no PE: se o elemento que ocupa Spec-TP ou se o elemento que carrega o Caso nominativo e desencadeia a concordância verbal. No primeiro caso, o DP argumento interno das construções com *se*-passivo não pode ser o sujeito da oração, mas, sim, o clítico *se*. No segundo caso, é necessário expandir a noção de sujeito para além do domínio de T e admitir que, em línguas com F

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Em (23b), FF se refere aos traços formais (do inglês, formal features) do objeto.

sintaticamente ativo, o sujeito também pode ser checado em F. Destaca-se que Raposo e Uriagereka (1996) denominam o *se*-passivo de *se*-indefinido, pois, para eles, os fatos de o DP estabelecer a concordância com o verbo por meio da projeção F e de o clítico receber Caso nulo em Spec-TP evidenciam que essas construções são ativas. Já o chamado *se*-impessoal é denominado pelos autores de *se*-genérico.

Raposo e Uriagereka (1996) fornecem uma análise elegante para explicar o comportamento das construções com *se*-passivo/indefinido no PE. Diferentemente do que é proposto por Duarte (2013) e Martins e Nunes (2016), Raposo e Uriagereka (1996) argumentam que o chamado *se*-passivo não atua como um particípio de morfologia passiva: o que acontece é que ele recebe Caso nulo em Spec-TP, ao passo em que o argumento interno recebe Caso nominativo por meio da checagem de seus traços formais por F. A necessidade de atribuir Caso nominativo ao argumento interno nas construções com *se*-passivo explicaria a agramaticalidade de sentenças como aquelas apresentadas por Martins e Nunes (2016) em (16)-(18) sem a necessidade de postular que o clítico atuaria como um particípio de morfologia passiva. A explicação de Raposo e Uriagereka (1996), todavia, não dá conta do PB, uma vez que a projeção F não está mais sintaticamente ativa nessa língua (cf. PIRES, 2006), impossibilitando, por consequência, a ocorrência de construções com *se*-passivo/indefinido.

Pires (2006) salienta que a projeção FP deve ter estado ativa na gramática do PB até pelo menos o século XIX, o que torna plausível sugerir que a perda dessa projeção pode estar relacionada com várias mudanças desencadeadas concomitantemente na gramática do PB. Pires (2006) observa que, contato que o movimento de um núcleo ocorra localmente, no movimento de V-para-C no português, V teria que se mover primeiramente para F, e só então para C. Dessa forma, a perda de V-para-C pode ter sido um gatilho crucial para a perda de V-para-F no PB. O autor cita como exemplos de mudanças vinculadas à perda da projeção FP: mudança na colocação de clíticos, perda do movimento de V-para-F e perda da inversão nos infinitivos.

Pires (2006) mostra que a perda do núcleo funcional F no PB eliminou o movimento aberto do verbo para a posição à esquerda de um clítico, provocando a preferência da próclise no lugar da ênclise (24) – sua análise incide sobre os clíticos de 1ª e 2ª pessoa, dado que as propriedades de colocação dos clíticos no PB não se estendem aos clíticos acusativos de 3ª pessoa, cujo comportamento tem outros aspectos.

- (24) a. Ela me/te viu ontem. (\*viu-me/\*te) (PB) (PIRES, 2006, p. 158)
  - b. (Ela) viu-me/te ontem. (\*me/\*te viu) (PE/século XVIII)

Pires (2006) incrementa seu argumento mencionando os resultados do trabalho de Cyrino (1993, pp. 167-8) sobre a posição do clítico em peças de teatro, os quais indicam uma perda sistemática da ênclise com verbos no infinitivo impessoal e no gerúndio no PB. Ele sistematiza os resultados de Cyrino (1993) em relação à posição enclítica dos clíticos com verbos no infinitivo impessoal e no gerúndio conforme a tabela 1.

Tabela 1: Clíticos em posição enclítica em Cyrino (1993).

Período	Infinitivos impessoais	Gerúndios
1700	100%	100%
1800	100%	100%
1850	86%	100%
1900	56%	25%
1950b	25%	66%
1950b	0%	0%

Fonte: Pires (2006, p. 149).

Pires (2006) afirma que esses resultados fornecem evidência consistente de que o movimento do verbo para F foi em geral perdido na segunda metade do século XX. Ademais, o pesquisador pontua que: "Se a hipótese aqui considerada estiver no caminho certo, deve-se esperar padrões semelhantes de mudança para outras propriedades possivelmente associadas à ativação da projeção FP" (PIRES, 2006, p. 160, tradução nossa). Nessa direção, sugerimos que a perda das construções com *se*-passivo na gramática do PB pode ser arrolada nesse rol de mudanças provocadas pela perda do núcleo funcional F na gramática do PB. Voltaremos a essa questão na seção seguinte.

Martins e Nunes (2016) observam que, apesar de a gramática do PB ser proclítica, o *se*-impessoal é sempre enclítico, salvo quando há uma partícula atratora de próclise.

- (25) a. Contratou-se/\*Se contratou um novo professor. (PB)
  - b. Não se contratou/\*contratou-se um novo professor. (PB)
  - c. \*Deve, sem sombra de dúvida, se contratar um novo professor. (PB)
  - d. Deve-se, sem sombra de dúvida, contratar um novo professor. (PB)
  - e. \*Não deve, sem haver justa causa, se despedir um professor. (PB)
  - f. \*Não deve-se, sem haver justa causa, despedir um professor. (PB)
  - g. Não se deve, sem haver justa causa, despedir um professor. (PB)

(MARTINS; NUNES, 2016, p. 331)

- (26) a. \*Pode-se se sentar em qualquer lugar. (PB) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 333)
  - b. Não se pode se divertir com um barulho desses. (PB)
  - c. Não se deve se levantar tarde. (PB)

A restrição da gramaticalidade do *se*-impessoal à próclise em (25), exceto nos casos com partículas atratoras, leva Martins e Nunes (2016) a concluírem que o *se*-impessoal no PB possui especificações lexicais que o diferenciam dos outros clíticos da língua, incluindo o clítico reflexivo de 3ª pessoa, que é homófono do *se*-impessoal. Os autores também argumentam que o que resulta a

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> No original: "If the hypothesis entertained here is on the right track, one should expect similar patterns of change for other properties arguably associated with the activation of the FP projection".

agramaticalidade de (26a) é a adjacência. Isto é, as sentenças em (26b-c) são bem formadas porque os pronomes não estão adjacentes um ao outro, enquanto em (26a) o *se*-impessoal e o *se*-reflexivo não são permitidos num mesmo domínio. Assim, os autores presumem que sentenças agramaticais como (26a) se tornam gramaticais se um material parentético romper a adjacência entre os dois clíticos, como em (27):

(27) Pode-se, salvo engano, se sentar em qualquer lugar. (PB)

(MARTINS; NUNES, 2016, p. 333)

Martins e Nunes (2016) argumentam que como o PB tornou-se uma língua de sujeito nulo parcial sua gramática também começou a favorecer sujeitos abertamente expressos em contextos sintáticos onde uma LSN do tipo do PE escolhe um pronominal nulo como a opção não marcada. Uma consequência disso é que o *se*-impessoal passou a ser mais frequentemente expresso em orações com verbos infinitivos no PB quando comparado com o PE. Nessa perspectiva, o uso do *se*-impessoal seria uma estratégia para apoiar uma interpretação genérica para o sujeito de infinitivos. Esse contraste entre PB e PE é especialmente evidente nas orações infinitivas em (28b), nas quais vemos que o PE visivelmente desfavorece ou exclui a presença de *se*-impessoal – da mesma forma que exclui outros sujeitos, como *a gente* (28e), que tem leitura genérica no PB.

- (28) a. O mar está perigoso para nadar. (PBOK; PEOK) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 330)
  - b. O mar está perigoso para se nadar. (PBOK; PE??)
  - c. Nova Iorque e Barcelona são cidades fáceis de gostar. (PB<sup>?\*</sup>; PE<sup>OK</sup>)
  - d. Nova Iorque e Barcelona são cidades fáceis de se gostar. (PBOK; PE\*)
  - e. Nova Iorque e Barcelona são cidades fáceis da gente gostar. (PB<sup>oK</sup>; PE\*)

Cavalcante (2006) já havia mostrado que há uma grande diferença entre a porcentagem de uso do clítico *se* sujeito de infinitivo no PB e no PE. Com dados dos séculos XIX e XX, os resultados da tese da autora trazem: 8% de se junto a infinitivos na fala e na escrita no PE; e 20% na fala e 50% na escrita de se junto a infinitivo no PB, além de 20% de *a gente* e *voc*ê (ambos genéricos) como sujeitos de infinitivo na fala do PB. A partir desses resultados, a autora admite que o PB é uma língua *pro-drop* parcial e associa essa propriedade ao sistema de Agr.

Martins e Nunes (2016) também debatem o fato de o PB licenciar, conforme observou Galves (1985), construções sem o clítico *se*-impessoal, como em (29).

- (29) a. Não usa mais esse estilo de redação. (PB/\*PE) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 329)
  - b. Casava muito cedo no século passado. (PB/\*PE)
  - c. No futuro vai descobrir remédio para tudo quanto é doença. (PB/\*PE)

Os autores afirmam que alguém pode se perguntar se as sentenças em (29) resultariam da queda no uso do *se*-impessoal ou do enfraquecimento da morfologia de 3ª pessoa do plural, que também licencia sujeitos nulos de leitura arbitrária, como em (30).

- (30) a. Telefonaram para você. (PB/PE) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 329)
  - b. Estão batendo na porta. (PB/PE)

Martins e Nunes (2016) ressaltam que uma diferença importante entre as sentenças em (29) e (30) é a de que o sujeito indefinido nulo necessariamente exclui o falante em (30), mas não o faz em (29). Para reforçar o argumento de que os sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular no PB incluem o falante (ao passo que os indefinidos de 3ª pessoa plural o excluem), Martins e Nunes (2016) mostram que, em determinados dialetos do PE, construções com *se*-impessoal podem até ser desambiguizado via duplicação/redobro do clítico – conforme ilustrado em (31), que, segundo os autores, também é uma evidência para propor que o *se*-impessoal recebe Caso nominativo e ocupa a posição de sujeito da oração.

- (31) a. Chama-se-lhe a gente espigas. (%PE) (MARTINS; NUNES, 2016, p. 327)
  - b. Há várias qualidades que até ainda nos não se conhecemos. (%PE)
  - c. Sei é de real certeza que isto era com o que se eles batiam o centeio. (%PE)

Não concordamos que os dados de duplicação/redobro do clítico do PE atestam e explicam a leitura das construções com e sem *se* para o PB. Primeiramente porque, conforme descreveram Lunguinho e Medeiros Júnior (2009), as construções com sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular no PB também possuem leitura arbitrária (ou seja, excluem o falante), como visto em (32).

- (32) a. Matou um rapaz no show do Zezé di Camargo e Luciano ontem.
  - b. Montou o armário lá em casa semana passada.
  - c. Telefonou aí da CEB para você.
  - d. Lava sofá. (LUNGUINHO; MEDEIROS JÚNIOR, 2009, p. 10)

Assim, é necessário admitir que sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular no PB denotam pessoas em geral e podem incluir o falante e o ouvinte (leitura inclusiva), bem como denotam pessoas em geral, mas excluem o falante e o ouvinte (leitura exclusiva, arbitrária).

Consoante Borges (2019), atribuímos a posição enclítica do *se*-impessoal no PB ao fato de ele – assim como o sujeito nulo indefinido de 3ª pessoa singular – ocupar a posição de Spec-*v*P. Assumimos, portanto, que o pronome indefinido de 3ª pessoa singular e o *se*-impessoal no PB ocupam Spec-*v*P e são sujeitos pós-verbais. A seguir, apresentamos os dados de Borges (2019) e propomos, a partir deles, uma derivação para o sujeito nulo indefinido de 3ª pessoa singular e outra para o *se*-impessoal no PB.

## 2. Se-indefinido (passivo), se-impessoal e sujeitos nulos indefinidos no português goiano

Neste trabalho, adotamos a explicação de Holmberg (2010) para as LSN parciais. O autor defende que as LSN parciais não possuem um traço-D não interpretável (rotulado [*u*D]) como parte dos traços formais de T e, por isso, essas línguas apresentam certas restrições no licenciamento de sujeitos nulos definidos em contraste com as LSN consistentes. Para o autor, quando um sujeito nulo de 3ª pessoa singular entra em uma relação de *Agree* com T em uma LSN sem um traço-D em T, esse sujeito deve ser interpretado indefinidamente (33b) – diferentemente do que ocorre nas LSN consistentes, que permitem apenas o licenciamento de sujeitos indefinidos marcados abertamente (33a). Assim, a relação sonda-alvo entre T e um φP de 3ª pessoa singular não supre o valor de definitude nas LSN parciais, e o resultado dessa operação é um pronome nulo indefinido de 3ª pessoa singular.<sup>6</sup>

- (33) a. É assim que se faz o doce. (PE/PB) (HOLMBERG, 2010, p. 92)
  - b. É assim que faz o doce. (\*PE/PB)

Fornecemos, a seguir, dados da pesquisa de Borges (2019), os quais mostram resultados quantitativos da distribuição de propriedades gramaticais relacionadas ao parâmetro do sujeito nulo codificadas nas amostras do corpus. O corpus é constituído de dois documentos escritos em Goiás - um do século XVIII (quando Goiás foi inserido no processo colonial português na América e se tornou capitania), outro do século XIX. 1250 orações de cada um dos manuscritos no formato diário/ memórias foram codificadas – o corpus é, portanto, composto por 2500 sentenças no total. Ressalta-se que o primeiro documento – Coleção de notícias da Capitania de Goyaz: diários de viagem do Barão de Mossâmedes (manuscrito 1596, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Portugal) – foi escrito majoritariamente pelo escriba português Tomás de Souza Vila Real e por outro escriba de origem não identificada durante viagem a Goiás nos anos de 1772 e 1773. O segundo manuscrito -Memorial de lembrança de Anna Joaquina da Silva Marques (arquivado no Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), da Pontificia Universidade Católica de Goiás, em Goiânia) – é de autoria de Anna Joaquina da Silva Marques, nascida em 1885 na cidade de Goiás. Seus diários começaram a ser escritos em 1881 e foram finalizados em 1930. Foram codificados dados referentes aos anos de 1882-1884.7 Na tabela 2, fornecemos os resultados das amostras codificadas dos documentos setecentista e oitocentista. Ressaltamos que os dados - orações finitas e não finitas – se referem à 1<sup>a</sup> ou à 3<sup>a</sup> pessoa, tendo em vista a ausência de dados de 2<sup>a</sup> pessoa nos documentos.

 $<sup>^{6}</sup>$  De acordo com Holmberg (2010), pronomes são DPs, com a estrutura [ $_{DP}$ D [ $_{\phi P}$  φ [ $_{NP}$ N]]], ou φPs, e pronomes nulos são φPs.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Consideramos aqui a hipótese de Borges (2014, 2019) de que as memórias de Anna Joaquina da Silva Marques registram aspectos gramaticais de uma variedade do PB que emergiu em Goiás no século XIX. O argumento para essa hipótese é o de que esses diários possuem propriedades gramaticais *sui generis* e constituem a evidência empírica mais antiga encontrada até então com propriedades similares à sintaxe do sujeito do PB atual, o que permite inferir que eles refletem, de modo minimamente consistente, uma gramática particular que emergiu naquela comunidade linguística. Foram encontrados no documento dados cruciais para a hipótese em tela, como, por exemplo: o aumento de sujeitos manifestos definidos em detrimento de sujeitos nulos definidos e o licenciamento sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular no pretérito perfeito, que só recentemente foram identificados como gramaticais no PB (LUNGUINHO; MEDEIROS JR., 2009).

Tabela 2: Distribuição geral dos dados.

	Construções com sujeitos definidos		Construções com se	Construções
	Sujeitos nulos	Sujeitos manifestos	(passivo e/ou impessoal) impessoais	impessoais
Século	59,36%	20,88%	16,88%	2,88%
XVIII:	742(1250)	261(1250)	211(1250)	36(1250)
Século	22,24%	64,32%	0,4%	13,04%
XIX:	278(1250)	804(1250)	5(1250)	163(1250)

Fonte: o autor.

A tabela 2 ilustra dados significativos em relação aos sujeitos definidos (nulos ou manifestos). Entretanto, apesar de esse fenômeno ser revelador de mudança na sintaxe do sujeito no PB em Goiás, nossa análise aqui não recairá sobre a sintaxe dos sujeitos definidos. Analisaremos o conjunto de construções com *se*-passivo e *se*-impessoal.<sup>8</sup> Nosso objetivo é mostrar que essas construções podem, respectivamente, ser explicadas pela perda da projeção funcional FP (presente na gramática do PE, mas não na do PB) e pela perda do traço-D de T na gramática do PB. Na tabela 2, vemos que a amostra do manuscrito setecentista apresenta um uso produtivo de construções com *se*-passivo ou *se*-impessoal (16,88% do total da amostra), principalmente com *se*-impessoal, enquanto o manuscrito oitocentista traz pouquíssimos usos de construções com *se*-impessoal (apenas 5 dos 1250 dados) e carece de construções com *se*-passivo.<sup>9</sup>

Nossos dados evidenciam que a perda das construções com *se*-passivo no PB não está ligada a um empobrecimento da morfologia de 3ª pessoa plural dos verbos transitivos, pois não há ausência significativa de concordância de flexão entre verbo transitivo e sujeito nos dados. No manuscrito setecentista, foram registrados somente quatro casos de ausência de concordância entre um sujeito de 3ª pessoa e o verbo. Três desses casos envolvem DPs coordenados em estrutura VS, tendo ocorrido apenas um caso de DP coordenado em estrutura SV. Assim, nas estruturas VS a relação de concordância é parcial, ou seja, ocorre apenas entre o verbo e o primeiro elemento da coordenação (34a) – o que, nesse caso, está de acordo com o sistema gramatical do PE, no qual a concordância parcial é licenciada em estruturas com sujeitos compostos pós-verbais (cf. RAPOSO, 2020).

- (34) a. Sua Excelência intentou ir ao regimento do Duro; porém, como **veio** ao Arraial de Natividade <u>o vigário</u> <u>e o capitão Roque</u>, regente dos índios, que ali ainda se conservam aldeados, desistiu desta ideia.
  - b. <u>O seu esmoler, ânimo, e a sua liberalidade,</u> [o] **fez** despender nesta digressão mais de 4 mil cruzados.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Mais adiante, analisaremos também os resultados da tabela 2 referentes às construções impessoais, isto é, com sujeitos nulos não argumentais registradas nas amostras do *corpus*, a fim de corroborar a proposta de que a inversão locativa é um fenômeno emergente na gramática oitocentista do PB em Goiás.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Embora tenhamos utilizado uma amostra de 1.250 sentenças do manuscrito oitocentista, destacamos que não encontramos registro de construções com *se*-indefinido (passivo) no documento

Raposo (2020) denomina o fenômeno em (34a) de concordância com o DP mais próximo, pois, nesses casos, obrigatoriamente, o primeiro DP da estrutura coordenada, com o qual T estabelece a concordância, deve estar no singular (e, evidentemente, numa posição abaixo de T), ao passo que o segundo DP pode ser tanto singular quanto plural.<sup>10</sup>

O único caso de ausência de concordância em estrutura SV encontrado na amostra setecentista (34b), por sua vez, pode ser explicado pela proposta de Raposo (2020) de que, no português, a aparente ausência de concordância entre sujeitos pré-verbais compostos e o verbo derivam, de modo excepcional, "de uma coordenação de orações, aplicando-se na primeira oração elipse regressiva do material repetido, o que explicaria, assim, a concordância no singular" (p. 2438). O autor fornece os seguintes exemplos, em que o tachado corresponde ao material elidido na componente fonológica.

- (35) a. [A grandeza e a significação das coisas] resulta do grau de transcendência que encerram.
  - b. A grandeza das coisas resulta do grau de transcendência que encerram e a significação das coisas resulta do grau de transcendência que encerram.
  - c. Morro, se [a graça e a misericórdia de Deus] não me acode.
  - d. Morro, se a graça <del>de Deus me não acode</del> e a misericórdia de Deus me não acode.

Seguindo essa proposta, ilustramos a seguir a elipse regressiva do dado inicialmente apresentado em (34b).

(36) O seu esmoler fez despender nesta digressão mais de 4 mil cruzados, [o seu] ânimo fez despender nesta digressão mais de 4 mil cruzados, e a sua liberalidade [o] fez despender nesta digressão mais de 4 mil cruzados.

Dessa forma, a partir de (36), verifica-se que o dado singular em (34b) é, na verdade, uma estrutura oracional com apagamento na componente fonológica, na qual apenas (os núcleos d)os sujeitos das orações elididas são realizados e ligados à última oração por meio de uma conjunção aditiva.

Em relação à amostra oitocentista, menos de 12% das orações com sujeito pluralizado (manifesto ou nulo), ou seja, 54 dados de um total de 464, não apresentaram concordância explícita entre o verbo e o sujeito, conforme ilustrado na tabela 3.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> Uma evidência dada por Raposo (2020) para a hipótese de que há concordância parcial nos casos com sujeitos compostos pré-verbais, isto é, concordância com o DP mais próximo de uma estrutura coordenada aditiva, é o fato de que, no PE, a concordância no plural é obrigatória se o primeiro DP coordenado estiver no plural:

<sup>(</sup>i) a. **Apareceram** no jardim [*um gato* e três cães].

b. Apareceu no jardim [um gato e três cães].

c. Apareceram no jardim [três cães e um gato].

d. \*Apareceu no jardim [três cães e um gato].

Tabela 3: Concordância com verbo no plural no século XIX.

	Concordância	Ausência de concordância
Século XIX	88.36%	11.64%
	410/464	54/464

Fonte: o autor.

Na codificação das 464 sentenças da tabela 3 foram considerados todos os tipos de verbos não impessoais (transitivos, intransitivos, inergativos etc.), com sujeito manifesto ou nulo. Todos os casos de sujeitos referenciais nulos no plural apresentaram concordância manifesta com o verbo, independentemente da natureza semântica do verbo. Os 11.64% de casos de incompatibilidade de concordância na amostra oitocentista envolvem, crucialmente, a 3ª pessoa do plural de verbos de natureza existencial (37a) ou inacusativa (37b-d).

- (37) Ausência de concordância com verbo existencial e inacusativo no PB oitocentista
  - a. Dia 14 **esteve** aqui <u>o Luiz de Castro</u> *e* <u>Lulu Pitaluga</u> de noite.
  - b. Dia 22 **chegou** aqui <u>o Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Dr.</u> Antônio Gomes <u>Pereira Júnior, Presidente para Goyaz com sua digna consorte; e mais alguns seus colegas chefe de polícia.</u>
  - c. De noite veio aqui as filhas do Carneiro.
  - d. Dia 17 <u>Lulu Pitaluga e o Cavalcante</u> **veio** aqui.

Em relação à ausência de concordância verbal em dados como (37a) e (37b), pode-se, inicialmente, pensar que a concordância é parcial, ou seja, é estabelecida entre o verbo (existencial ou inacusativo) e o elemento nominal singular mais próximo dentro de um constituinte com dois nominais coordenados por uma conjunção aditiva, como ocorre no PE. Haveria, assim, nos dados da amostra oitocentista, a coexistência da concordância parcial e da concordância plena em estruturas com verbos existenciais e inacusativos e sujeitos compostos pós-verbais constituídos de dois DPs coordenados. Considerando, no entanto, aspectos recentes da gramática do PB, em que, por hipótese, fatores discursivos estão presentes nas estruturas VS da língua devido à observação de que um elemento dêitico ou um dêitico nulo recuperado anaforicamente é exigido nessas estruturas (cf. PILATI, 2006; TEIXEIRA; SALLES, 2016; TEIXEIRA; BORGES, 2022), vislumbramos outra possibilidade de análise: as estruturas em (37a-b) são casos de inversão locativa. Avaliamos essa proposta como mais adequada porque ela é capaz de dar conta tanto dos dados em que um DP (nu) de natureza temporal (ou locativa) ocupa a posição pré-verbal, como em (37a-b), quanto dos dados em que um advérbio ou um PP adverbial ocupam a posição pré-verbal, como exemplificado, respectivamente, em (38a) e (38b).

- (38) a. *Lá* **estava** o Dr. Pitaluga T. Cav. e Jm Mel. Correa.
  - b. Nesse dia faleceu a viúva do Te. Col. Custodio.

Remetemos o leitor à análise de Teixeira e Borges (2022) sobre as especificidades de (i) DPs, (ii) advérbios e (iii) PPs – todos de natureza locativa ou temporal – em Spec-TP em estruturas de inversão locativa no PB. Os autores propõem que DPs locativos/temporais têm traços de pessoa e número, valorando plenamente os traços-φ e assinalando Caso nominativo em Spec-TP, enquanto advérbios e PPs adverbiais locativos ou temporais manifestam o Caso oblíquo (inerente), o que sugere uma situação de *Quirky Case*. Assim, o Caso oblíquo é determinado no nível lexical no caso do advérbio e no nível sintático na presença de preposição. O Caso oblíquo não se choca com a operação *Agree* em TP, pois, no caso do advérbio, é verificado apenas o traço de pessoa em T, valorando o traço de número como singular, a opção *default*; na presença de PPs, há apenas o traço-EPP licenciado, uma vez que os traços de número e pessoa não são acessíveis, sendo, portanto, valorados na opção *default*.

Outra diferença crucial na ausência de concordância nos dados oitocentistas com verbos existenciais e inacusativos é verificada em ocorrências como em (37c), na qual há a ausência de concordância entre o DP plural (não coordenado) e o verbo em uma oração com estrutura VS. Ao todo, há cinco construções desse tipo na amostra do manuscrito oitocentista. Vejamos mais duas delas.

- (39) a. De tarde **esteve** aqui <u>os meninos do Luiz Jardim</u>.
  - b. Dia 20 **faleceu** <u>duas crianças com coqueluche</u>; a fa. do João Athanazio e o fo. Do Te. Macedo.

Para esses dados, também seguimos a proposta de que são casos de inversão locativa, de modo que os adjuntos adverbiais em posição pré-verbal nessas estruturas — um PP e um DP nu nos exemplos (39a) e (39b) — ocupam Spec-TP. Nessa perspectiva, há duas opções para o estabelecimento da concordância com verbos existenciais e inacusativos na gramática oitocentista do PB em Goiás: com o DP argumento interno pluralizado, quer seja em posição pré-verbal ou pós-verbal, tal como já ocorria na gramática setecentista; ou com um elemento de natureza locativa ou temporal à esquerda do verbo, quando se considera a hipótese do surgimento da inversão locativa na gramática oitocentista. Em resumo, isso direciona nossa explicação para a ausência de concordância nas estruturas VS com DPs plurais com a estrutura DET + SN ou com DPs coordenados à emergência de estruturas com inversão locativa na gramática oitocentista — enquanto ainda é substancialmente mais produtiva a concordância entre o verbo existencial ou inacusativo e o DP.<sup>11</sup>

Para incrementar o argumento de que a inversão locativa havia emergido na gramática oitocentista do PB em Goiás, destacamos que as construções impessoais do *corpus*, representando 13,04% dos dados oitocentistas contra apenas 2,88% dos dados setecentistas (cf. tabela 2), também podem ser analisadas nessa perspectiva. As construções impessoais da amostra oitocentista, além de substancialmente mais recorrentes, estão sempre acompanhadas por um elemento dêitico em posição

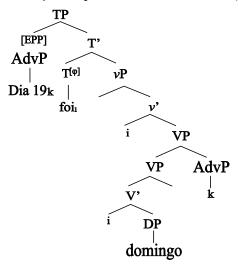
<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> Borges (2019, 2022) defende que falantes de línguas nigero-congolesas foram agentes da mudança e, consequentemente, da emergência da gramática do PB em Goiás e que essa influência consistiu na massiva ampliação da ordem SVO na gramática oitocentista do PB goiano, o que ocasionou a perda da inversão livre nessa gramática e, curiosamente, o surgimento da inversão locativa, presente nas línguas nigero-congolesas.

pré-verbal ou facilmente recuperado anaforicamente, como exemplificado em (40).12

- (40) a. Dia 2 de tarde choveu a 1<sup>a</sup> chuva e muito grande.
  - b. Nessa noite choveu muito.
  - c. Dia 19 foi domingo.
  - d. Dia 15 houve espetáculo no Teatro: A Sogra e o entremez Lucrécia Borges.

Nesse sentido, a derivação de construções impessoais na gramática oitocentista pode ser representada como em (41) – ressalta-se que constituintes não argumentais movidos para Spec-TP para satisfazer o traço-EPP em construções impessoais não se restringirem à variedade goiana do PB.

(41) Derivação de uma construção impessoal no século XIX (cf. (40c))



Curiosamente, dados com ausência de concordância em estruturas SV, como em (37d), que representa estatisticamente a maioria dos casos de ausência de concordância no manuscrito oitocentista (57,4%), não fazem parte, de modo sistemático, da gramática do português (cf. COLAÇO, 2016; RAPOSO, 2020), evidenciando outro comportamento inovador na sintaxe do sujeito na gramática oitocentista em estruturas com verbos existenciais e inacusativos. Contudo, é razoável supor que dados como em (37d) são casos de apagamento de oração na componente fonológica, tal como propusemos para um caso específico registrado na amostra setecentista. Vejamos.

- (42) a. Dia 17 <u>Lulu Pitaluga e o Cavalcante</u> veio aqui.
  - b. Dia 17 <u>Lulu Pitaluga</u> veio aqui e o <u>Cavalcante</u> veio aqui.

Por hipótese, a análise em (42) infere a inexistência de pluralidade semântica nos DPs coordenados por conjunção aditiva, pois rejeita a hipótese da concordância parcial e argumenta em favor da hipótese de que, nesses casos em específico, os constituintes coordenados pela conjunção aditiva são de natureza

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> As construções impessoais nas amostras do nosso *corpus* (cf. tabela 2) incluem construções com verbos impessoais (*haver/ter* etc.) e com verbos meteorológicos (*chover/amanhecer* etc.), que no português possuem um sujeito expletivo nulo e não argumental.

oracional. Uma evidência a favor da argumentação de que há elipse nessas estruturas coordenadas da gramática oitocentista está em dados como em (43a), em que todo o material da primeira oração é pronunciado, mas o material da coordenada é fragmentado, como ilustrado em (43b).

- (43) a. Dia 7 detarde Nicota **veio** aqui *e* denoite Lulu Pitaluga.
  - b. Dia 7 detarde Nicota **veio** aqui *e* denoite Lulu Pitaluga <del>veio</del> aqui.

De certo modo, propomos que as inovações na sintaxe de concordância entre sujeito e verbos existenciais e inacusativos na amostra oitocentista estão ligadas mais ao surgimento da inversão locativa na sintaxe do PB do que a algum fenômeno mais específico de concordância, pois: (i) a concordância parcial com sujeitos pré-verbais é fenômeno comum ao português; (ii) e, apesar de não ser atestado sistematicamente no português setecentista em Goiás como o foi na amostra do português goiano oitocentista, o apagamento na componente fonológica de material de estruturas oracionais nos casos de ausência de concordância com sujeitos compostos pré-verbais pode ser explicado da mesma forma em ambas as variedades. Diante disso, nossos dados sugerem que a morfologia verbal não teria tido um papel significativo na mudança na gramática do PB no que concerne à sintaxe do sujeito. Assim, considerando especialmente estruturas transitivas, que não tiveram qualquer alteração significativa na sua morfologia de concordância na amostra oitocentista, propomos que a perda da projeção funcional FP e de um traço categorial de definitude [um traço-D] em T teria tido um papel mais determinante no desenvolvimento da sintaxe do sujeito do PB em Goiás. Baseando-nos em Holmberg (2010), propomos que a perda do traço-D em T na gramática do PB oitocentista em Goiás está envolvida na diminuição de construções com se-impessoal e no surgimento de um tipo inovador de sujeito nulo em comparação com o PE, qual seja, o sujeito nulo indefinido de 3ª pessoa singular, como em (44).13

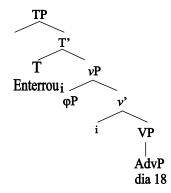
- (44) Pronome nulo indefinido de 3ª pessoa singular no século XIX em Goiás
  - a. Dia 18 o senhor Joaquim Fernandez esteve aqui de noite, quando ele saiu entrou a Anna Joaquina daqui de frente que veio despedir para ir para Barra. Dia 17 faleceu o cadete Cândido Gonzaga, e \_\_ enterrou dia 18.
  - b. Dia 14 de novembro de 1883 3ª-feira às 5 horas da manhã faleceu o cônego Pio à tarde foi sepultado nessa mesma tarde faleceu Pedro cunhado do Antônio Manoel **sepultou** no dia seguinte.

Dados como em (44) constituem, portanto, evidência empírica da perda do traço-D em T na gramática do PB oitocentista em Goiás, a qual consiste na possibilidade de licenciar sujeitos

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Ressaltamos que, na amostra de Borges (2019) do manuscrito oitocentista, são codificados e analisados 5 sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular. Borges (2014), por sua vez, identificou e analisou 38 sentenças dessa natureza no mesmo manuscrito, considerando o período de 1881 a 1899. Ademais, a proposta de Borges (2019) a respeito da perda do traço-D de T também é o alicerce para explicar a perda de sujeitos nulos definidos na amostra oitocentista em comparação com a amostra setecentista do *corpus* da pesquisa (cf. tabela 2).

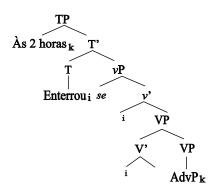
indefinidos de 3ª pessoa singular sem um sujeito manifesto – quer dizer, sem o clítico *se*-impessoal. Assumimos, então, consoante Holmberg (2010), que o sujeito indefinido nulo de 3ª pessoa singular no PB, como o gerado em (44), é um φP. Também assumimos que o pronome nulo indefinido no PB ocupa uma posição pós-verbal: Spec-*ν*P, posição na qual o sujeito é gerado, seguindo Chomsky (1995 e trabalhos posteriores). Igualmente, sua contraparte manifesta também ocupa Spec-*ν*P e ali permanece, restringindo-o à ênclise. Em (45) e (46), propomos, respectivamente, uma derivação para esses sujeitos.

(45) Pronome nulo indefinido de 3<sup>a</sup> p. singular na gramática oitocentista (cf. (44a))



- (46) Se-impessoal na gramática oitocentista
  - a. Dia 23 às 3 horas da manhã Manoel daqui morreu, às 2 horas enterrou-se.

b.



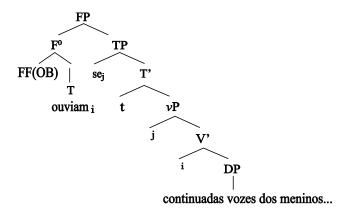
É importante destacar que não postulamos ser obrigatório um elemento ocupar Spec-TP nas sentenças com verbos transitivos e sujeitos nulos indefinidos na gramática oitocentista do PB em Goiás. Similarmente ao que argumentam Pilati, Naves e Salles (2017), advogamos que, obrigatoriamente, deve haver nesse tipo de sentença uma âncora adverbial discursiva para que elas sejam licenciadas: assim, em (45), essa âncora está manifesta em "dia 18"; em (46), ela está manifesta em "às 2 horas", que ocupa Spec-TP.

No caso das construções com *se*-passivo/indefinido registradas somente na amostra setecentista, seguimos Raposo e Uriagereka (1996) e propomos que a concordância é estabelecida por meio da atração dos traços formais do DP argumento interno por FP – que, como resultado, permite que, em alguns casos, o DP argumento interno ocupe uma posição à esquerda do verbo. Essa concordância,

como anteriormente visto, se estabelece por conta de FP ser um núcleo funcional periférico especificado para traços-φ e Caso nominativo.

- (47) Construção com se-passivo na amostra setecentista
  - a. Pelas árvores da vizinhança do povo, se ouviam continuadas vozes dos meninos: *"Viva sua Excelência"*.<sup>14</sup>

**b**.



Seguindo a proposta de Raposo e Uriagereka (1996), temos que o *se*-passivo/indefinido checa o traço-D de T na gramática setecentista, como ilustrado em (47b). Como mencionamos, atribuir a perda das construções com *se*-passivo/indefinido na gramática oitocentista à impossibilidade de o DP argumento interno estabelecer concordância com o verbo por meio da projeção FP vincula-se à predição de Pires (2006) a respeito de a perda do movimento do verbo de T para F no PB ter desencadeado uma série de alterações na gramática da língua. Assim, a perda das construções com *se*-passivo/indefinido na gramática oitocentista está vinculada ao fato de o núcleo FP não estar mais ativo, impossibilitando, portanto, que essa gramática gere construções com *se* em que o DP argumento interno seja atraído pelos traços-φ e o Caso nominativo de F. <sup>15</sup>

Observa-se que, em (47b), o *se*-passivo/indefinido satisfaz o traço-D de T na gramática setecentista por meio do seu movimento para Spec-TP. No entanto, na gramática oitocentista, em que há a perda do traço-D de T, o clítico *se* passa a atuar apenas com interpretação impessoal e na posição em que é gerado (Spec-vP). Temos, então, que a gramática oitocentista do PB em Goiás registra a perda do núcleo funcional FP e do traço-D não interpretável de T de forma concomitante. Isso explica a perda do *se*-passivo/indefinido, a diminuição radical do uso do *se*-impessoal/genérico

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> Em (47), associamos o *se* proclítico em vez de enclítico à presença de um sintagma fronteado proclisador, o que determina a próclise no português em orações principais. Não é nosso objetivo representar esse fenômeno na derivação. Para um estudo específico sobre a sintaxe sincrônica e diacrônica dos clíticos no português, sugerimos, inicialmente, a leitura de Martins (2016).

<sup>&</sup>lt;sup>15</sup> Cavalcante e Marcotulio (2012) chegam à conclusão semelhante a respeito da perda das construções com *se*-passivo/indefinido e da projeção funcional FP no PB. Não mencionam, contudo, que Pires (2006) já havia descrito a perda dessa projeção no PB e predito que outras mudanças, além das que ele analisa, poderiam ter sido causadas por ela.

e a emergência de sujeitos nulos indefinidos de 3ª pessoa singular ocorrerem simultaneamente no manuscrito oitocentista.<sup>16</sup>

Em (48), exemplificamos construções – registradas no manuscrito oitocentista, mas não pertencentes à amostra da tabela 2 – que poderiam ser parafraseadas com *se*-passivo/indefinido, mas são, respectivamente, construção com *se*-impessoal/genérico (48a) e com sujeito nulo indefinido de 3ª pessoa singular (48b-c).

- (48) Sujeitos nulos indefinidos de leitura arbitrária no português oitocentista em Goiás
  - a. Dia 10 depois do cazam.to dansou-se 2 quadrilha. (BORGES, 2014, p. 87-91)
  - b. Dia 4 Faleceu a Dona Lin[...], mulher do capitão João Berquó para amanhecer. Faleceu a senhora Ninica de repente, nesse dia enterrou ambas 1 de manhã a outra de tarde.
  - c. Dia 20 **Arrancou** as partileira da venda, de tarde Silvia veio.

Interessantemente, uma vez que FP não mais é projetado e T não mais carrega um traço-D não interpretável, a única forma de um argumento interno controlar os traços-φ de um verbo transitivo no PB contemporâneo passa a ser quando um DP argumento interno se move para Spec-TP – para a posição canônica de sujeito –, valorando os traços-φ do verbo e fornecendo à construção um índice de definitude, como em (49), cujas frases podem facilmente ser parafraseadas na escrita formal e monitorada como em (50).

- (49) a. Apartamento vende bem em Goiânia.
  - b. A cada minuto quatro coisas vendem.
- (50) a. Apartamento, vende-se bem em Goiânia. (se-impessoal/genérico)
  - b. Vende-se bem apartamento em Goiânia. (se-impessoal/genérico)
  - c. A cada minuto quatro coisas vendem-se. (se-passivo/indefinido)
  - d. A cada minuto vendem-se quatro coisas. (se-passivo/indefinido)

O deslocamento do argumento interno para Spec-TP em estruturas como em (49) é uma evidência favorável para nossa análise de que o traço de definitude do sujeito no PB só é valorado pelo movimento do sujeito lexical para essa posição (cf. BORGES, 2019), razão pela qual o sujeito nulo indefinido somente é licenciado na posição em que é gerado – Spec-vP.<sup>17</sup> Para finalizar, apresentamos



<sup>&</sup>lt;sup>16</sup> Com base em dados empíricos de cartas escritas por brasileiros, Cyrino (2007) argumenta que todo clítico *se* no PB pode ser interpretado como impessoal desde o século XIX. Uma questão curiosa quando postos em contrastes os dados de Cyrino (2007) e os dados deste trabalho é que o clítico no *corpus* de Cyrino (2007) é sempre proclítico, ao passo em que em nosso *corpus* ele é sempre enclítico, tal como no PB contemporâneo.

 $<sup>^{17}</sup>$  Barbosa (2019) propõe que sujeitos nulos nas LSN são uma instanciação do núcleo n – um núcleo categorizador sem um radical – e argumenta que os sujeitos nulos indefinidos de línguas como o finlandês e o PB não se elevam para fora do núcleo verbal, ao passo que os sujeitos nulos definidos ocupam uma posição externa ao núcleo verbal. Assim, ela propõe duas configurações para o componente semântico: a) quando [ $\mathcal{O}$ ] permanece no interior do núcleo verbal: interpretação

no quadro 1 as principais propriedades das construções com *se*-passivo/indefinido e *se*-impessoal/ genérico no PE e no PB, assim como das construções com sujeitos nulos indefinidos no PB, que discutimos neste trabalho.

Quadro 1: Panorama das construções com se-passivo, se-impessoal e sujeitos nulos indefinidos no português.

CONSTRUÇÃO	CARACTERÍSTICAS
Construção com se-passivo prototípica (português clássico):  - Aqui se escreverão novas histórias, por gentes estrangeiras que virão. (NARO, 1976, p. 781)	Licenciava um sintagma preposicional introduzindo o agente da passiva até o século XVII; nesse período, inicia-se a reanálise da leitura do <i>se</i> -passivo para uma leitura impessoal devido à perda do agente da passiva e da concordância entre o verbo transitivo e o argumento interno. Surgem as construções com <i>se</i> -impessoal e verbos intransitivos.
Construção com se-passivo (ou se-indefinido) no PE: -As obras mais recentes publicaram-se numa editora espanhola para garantir maiores tiragens. (DUARTE, 2013, p. 444) Os bolos comeram-se ontem. (MARTINS; NUNES, 2016, p. 323).	Para Duarte (2013) e Martins e Nunes (2016), o <i>se</i> atua como um morfema passivo nessa construção, sem realizar alteração na morfologia do verbo, e bloqueia a atribuição de papel temático à posição do argumento externo e de Caso acusativo ao argumento interno. Assim, o <i>se</i> -passivo se insere dentro do escopo dos clíticos quase argumentais e o argumento interno, que controla os traços-φ do verbo, está ligado a uma posição à esquerda de T, pois pode ser alçado a uma posição pré-verbal, onde recebe Caso nominativo. Extrai-se a interpretação do argumento interno implícito da construção com <i>se</i> -passivo por meio de testes com advérbio orientado para o agente e com subordinadas finais formadas a partir de um adjunto cujo sujeito só pode ser controlado pelo argumento externo implícito da passiva. Não se admite o redobro do clítico, mas sua extração simultânea. Para Raposo e Uriagereka (1996), o <i>se</i> -passivo é indefinido (está numa construção ativa), e o argumento interno concorda com o verbo e recebe Caso nominativo por meio da projeção FP, ao passo que o <i>se</i> -indefinido recebe Caso nulo em Spec-TP. Assumimos que, no PB, essa construção não é licenciada como parte da gramática nuclear dos falantes nativos devido à perda da projeção FP.
Construções com se-impessoal (PE/PB): - Precisa-se de funcionários Trabalha-se muito nesta cidade Chegava-se cedo ao trabalho. (MARTINS; NUNES, 2016, p. 328-329).	Para a maioria dos autores, o <i>se</i> -impessoal tem valor referencial, é o sujeito frásico e recebe Caso nominativo. Permite-se a extração simultânea e, em dialetos do PE, o redobro do clítico. Além dos transitivos e intransitivos, o <i>se</i> -impessoal também é licenciado com verbos inergativos, inacusativos, passivos, de ligação e, no PE, de alçamento. Na ausência de uma partícula atratora de próclise, o <i>se</i> -impessoal é enclítico no PB, ao passo que, inversamente, os demais clíticos no PB são proclíticos. No PE, o <i>se</i> -passivo e o <i>se</i> -impessoal são enclíticos. Na nossa análise, atribuímos a posição enclítica do <i>se</i> -impessoal no PB à posição em que ele é gerado: Spec-vP.

indefinida; b) quando  $[ [ ]_n \mathcal{O} ]$  se eleva para posição pré-verbal: interpretação definida. A pesquisadora pontua, ainda, que, no PB, em construções como "Aqui vende fruta", o nP é pós-verbal e possui leitura existencial, isto é, se restringe pragmaticamente a um traço [+humano].

Construções com sujeitos nulos	Na nossa análise, a partir de dados empíricos de sujeitos nulos
indefinidos de 3ª pessoa singular	indefinidos de 3ª pessoa singular e leitura arbitrária produzidos
(restritas ao PB):	em Goiás na segunda metade do século XIX, propusemos que eles
- Casava muito cedo no século passado.	surgiram como consequência da perda do traço-D não interpretável
(MARTINS; NUNES, 2016, p. 329).	de T na gramática do PB e ocupam a mesma posição de sua
	contraparte manifesta (o se-impessoal): Spec-vP.
Se-sujeito de infinitivo (mais produtivas	Cavalcante (2006) e Martins e Nunes (2016) argumentam que como
no PB):	o PB é uma LSN parcial favorece sujeitos manifestos em contextos
- Nova Iorque e Barcelona são cidades	em que uma LSN como o PE escolhe um sujeito nulo; assim, o
fáceis de se gostar. (MARTINS;	se-impessoal como sujeito de infinitivos pode ser interpretado
NUNES, 2016, p. 330).	como uma estratégia para o preenchimento da posição de sujeito e

O quadro 1 não só sistematiza as propostas teóricas discutidas neste trabalho, mas busca evidenciar o percurso pelo qual essas construções passaram na história gramatical do PE e do PB, mais especialmente do PB, que não mais apresenta *se*-passivo e *se*-impessoal no processo inicial de aquisição de língua materna (cf. SILVA, 2017) e cuja configuração paramétrica para o licenciamento de sujeitos nulos e manifestos se difere crucialmente do PE.

para apoiar uma leitura genérica para o sujeito do infinitivo.

# Considerações finais

Neste trabalho, trouxemos dados originais de manuscritos goianos escritos no formato diário/ memórias para propor uma explicação para a perda de construções com *se*-passivo e *se*-impessoal no PB e o surgimento de construções com sujeitos nulos indefinidos no PB, sem associar esses fenômenos ao empobrecimento da morfologia verbal. Nessa direção, argumentamos que a gramática oitocentista do PB em Goiás evidencia: (i) a perda da projeção FP, responsável pelo estabelecimento da concordância entre verbo transitivo e argumento interno nas chamadas passivas com *se* – as quais estavam presentes no manuscrito setecentista cujo autor principal era de origem portuguesa, mas não foram registradas no manuscrito oitocentista; e (ii) a perda do traço-D não interpretável em T, passando a licenciar, quando um pronome nulo de 3º pessoa singular em Spec-*v*P entra numa relação de *Agree* com T, uma construção com sujeito nulo indefinido.

## Referências

BARBOSA, P. *pro* as a Minimal nP: towards a unified approach to *pro-drop*. *Linguistic Inquiry*, v. 50, n. 3, pp. 487-526, 2019. https://doi.org/10.1162/ling\_a\_00312.

BORGES, H. *A sintaxe do sujeito na história do português em Goiás*: evidências oitocentistas de uma língua de sujeito nulo parcial. 2019. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BORGES, H. Mudança sintática induzida por contato linguístico no português brasileiro: um estudo diacrônico e dialetal baseado em corpus. *In*: FIGUEIREDO, C.; HAGEMEIJER, T.; OLIVEIRA, M. de. *Novas dinâmicas do português*: a África atlântica e o Brasil. Lisboa: Lisbon Press, 2022, no prelo.

BORGES, H. *Sujeitos nulos indeterminados no português brasileiro*: uma investigação diacrônica em Goiás. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BORGES, H. PIRES, A. The emergence of Brazilian Portuguese: earlier evidence for the development of a partial null subject Grammar. *Revista Linguíftica*, v. 13, pp. 174-90, 2017. http://dx.doi.org/10.31513/linguistica.2017.v13n2a14033.

BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G. Tipologia e distribuição das expressões nominais. *In*: MIRA MATEUS, M. H. *et al.* (org.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. pp. 826-48.

CAVALCANTE, S. R. O. Revisitando as construções com se na história do português brasileiro. *In*: CYRINO, S.; MORAIS, M. A. T. de. (org.). *Mudança sintática do português brasileiro*: perspectiva gerativista. São Paulo: Contexto, 2018. pp. 382-419.

CAVALCANTE, S. R. O. 2006. 227f. *O uso de* se *com infinitivo na história do português*: do português clássico ao português europeu e brasileiro moderno. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CAVALCANTE, S. R.; MARCOTULIO, L. L. Novo olhar sobre as construções com *se*: para além da questão da concordância. *In*: Duarte, M. E. L. (org.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992)*: estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012. pp. 143-60.

CHOMSKY, N. The Minimalist Program. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

COLAÇO, M. Especificidades das estruturas de coordenação: padrões de concordância. *In*: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. *Manual de linguística portuguesa*. Berlin, Boston: De Gruyter, 2016, pp. 502-22. https://doi.org/10.1515/9783110368840-021.

CYRINO, S. Construções com SE e promoção de argumento no português brasileiro: uma investigação diacrônica. *Revista da Abralin*, v. 6, n. 2, pp. 85-116, 2007.

CYRINO, S. Observações sobre a mudança diacrônica no português brasileiro. *In*: ROBERTS, I.; KATO, M. (orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 163-84.

DUARTE, I. Construções ativas, passivas, incoativas e médias. *In*: RAPOSO, E. B. P. *et al.* (org.). *Gramática do Português*, v. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013. pp. 429-58.

GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. *Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura*, n. 13, pp. 33-52, 1985. http://dx.doi.org/10.17851/0101-3548.7.13.33-52.

HOLMBERG, A. Null Subject Parameters. *In*: BIBERAUER, T. *et al.* (org.). *Parametric Variation*: null subjects in Minimalist Theory. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. pp. 88-124. https://doi.org/10.1017/CBO9780511770784.003.

LUNGUINHO, M. V. S.; MEDEIROS JÚNIOR, P. Inventou um novo sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *A Interdisciplinar*, v. 9, ano IV, pp. 7-21, 2009.

MARTINS, A. M. A colocação dos pronomes clíticos em sincronia e diacronia. *In*: MARTINS, A. M.; CARRILHO, E. *Manual de linguística portuguesa*. Berlin, Boston: De Gruyter, 2016. pp. 401-30. https://doi.org/10.1515/9783110368840-017.

MARTINS, A. M.; NUNES, J. Passives and *se* constructions. *In*: WETZELS, L.; MENUZZI, S.; COSTA, J. (org.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2016. pp. 318-37. https://doi.org/10.1002/9781118791844.ch17.

NARO, A. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese: a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language*, v. 52, n. 4, pp. 779-810, 1976. https://doi.org/10.2307/413295.

NAVES, R. R.; BORGES, H. A emergência da gramática do português brasileiro em Goiás. *Confluência*, n. 47, v. 2, pp. 68-102, 2015. https://doi.org/10.18364/rc.v1i47.62.

NUNES, J. *O famigerado se:* uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador. 1990. 172 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

PILATI, E. Aspectos sintáticos e semânticos de orações com ordem verbo-sujeito no português do Brasil. 2006. 242f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2006.

PILATI, E.; NAVES, R.; SALLES, H. Locative DPs and deictic adverbs/pronouns in subject position in Brazilian Portuguese. *In*: FERNÁNDEZ-SORIANO, O.; *et al.* (org.). *Boundaries, phases and interfaces*: Case studies in honor of Violeta Demonte. Amsterdam: John Benjamins, 2017, pp. 63-83. https://doi.org/10.1075/la.239.04pil.

PIRES, A. *The minimalist syntax of defective domains*: gerunds and infinitives. Amsterdam: John Benjamins, 2006. https://doi.org/10.1075/la.98.

RAPOSO, E. Concordância verbal. *In*: RAPOSO, E. B. P. *et al.* (org.). *Gramática do Português*. Vol. III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020. pp. 2436-9.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Indefinite SE. *Natural language and linguistic theory*, v. 14, n. 2, pp. 749-810, 1996. https://doi.org/10.1007/BF00133363.

SILVA, L. R. da. *As diferenças entre o que se fala e o que se escreve no português do Brasil*: a aquisição do clítico se indeterminador e apassivador. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TEIXEIRA, Z. D.; SALLES, H. M. M. L. A. Advérbios locativos na posição de sujeito no PB. *In*: MARTINS, M. A. *et al.* (orgs.). *Estudos linguísticos*: textos selecionados. João Pessoa: Ideia, 2016. pp. 164-73.

TEIXEIRA, Z. D.; BORGES, H. Locative adverbs in the subject position in Brazilian Portuguese. *Revista de Estudos da Linguagem*, 2022, no prelo.

URIAGEREKA, J. An F position in Western Romance. *In*: KISS, K. (org.). *Discourse Configurational Languages*. New York: Oxford University Press, 1995. pp. 153-75.